

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.558.751 - DF (2019/0230640-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

AGRAVANTE : DISTRIBUIDORA BRASÍLIA DE VEÍCULOS S/A

ADVOGADOS : TERENCE ZVEITER - DF011717

CAIO CAPUTO BASTOS PASCHOAL - DF039000

SILVANA ARANTES SANTOS - DF038266

ENRIQUE DORADO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - DF054377

AGRAVADO : CARLOS JOSE GUEDES DE CARVALHO - MICROEMPRESA

ADVOGADO : GUTEMBERG BEZERRA PEREIRA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - DF011963

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos de DISTRIBUIDORA BRASÍLIA DE VEÍCULOS S/A, objetivando a reforma da decisão de inadmissão do recurso interposto perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em face de acórdão assim ementado (e-STJ fl. 917):

APELAÇÃO CÍVEL. RESCISÃO CONTRATUAL. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ADIMPLEMENTO. NOTAS FISCAIS NÃO PAGAS. DANO MORAL. Ocorrência. Danos materiais. Não comprovação.

1. Se não foi estipulado prazo para aferição do crescimento das vendas no contrato que tenha por objeto a elaboração de plano de ação financeira e fidelização do cliente, não encontra fundamento a rescisão unilateral promovida pelo contratante sob o argumento de os serviços foram ineficientes após 3 meses de execução.
2. Se o tomador dos serviços pagou apenas 3 das 36 parcelas devidas, não há razão para redução proporcional da multa contratual fixada em 5% do valor do contrato (CC 413).
3. Tratando-se o contratado de empresário individual, as consequências do inadimplemento contratual por parte da contratante repercutem em sua esfera pessoal, configurando dano moral indenizável.
4. As notas fiscais, aliadas à conclusão pericial, são suficientes para comprovar a efetiva prestação do serviço.
5. Negou-se provimento ao apelo da ré e deu-se parcial provimento ao apelo do autor.

Superior Tribunal de Justiça

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fls. 943/950).

Sustenta estarem presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso especial (e-STJ fls. 982/987).

Com contraminuta (e-STJ fls. 993/995), os autos foram encaminhados a esta Corte.

No recurso especial, fundado no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, a parte recorrente aponta violação ao artigo 1.022, I, do Código de Processo Civil de 2015.

Aduz, em síntese, ter havido contradição na decisão recorrida, relativamente à "[...] existência de relação de exclusividade entre as partes, mas, ao mesmo tempo, registrou que o Recorrido poderia estar prestando serviços a terceiros [...]" (e-STJ fls. 957/958).

Com contrarrazões (e-STJ fls. 970/972).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 9.3.2016 – Enunciado Administrativo n. 3 –, o regime de recurso será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Não assiste razão à agravante.

De início, quanto à alegada violação do artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, cumpre ressaltar que os embargos de declaração, ainda que opostos para prequestionamento, são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como para sanar erro material, vícios inexistentes na espécie.

Assim, consoante entendimento consolidado desta Corte Superior, não é omissa nem carece de fundamentação a decisão judicial que, embora decida em sentido contrário aos interesses da parte, examina suficientemente as questões que lhe foram propostas, adotando entendimento que ao órgão julgador parecia adequado à solução da controvérsia.

Registre-se, a propósito, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas apenas sobre os

Superior Tribunal de Justiça

considerados suficientes para fundamentar sua decisão, o que foi feito. Nesse sentido: EDcl no AgInt nos EAREsp n. 931.889/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 13/8/2019, DJe 20/8/2019; EDcl no AgInt nos EREsp n. 1.330.215/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, julgado em 26/6/2019, DJe 28/6/2019; AgInt no AREsp n. 904.673/PR, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 18/8/2016, DJe 29/8/2016; EDcl nos EDcl no REsp n. 1.428.903/PE, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 18/8/2016, DJe 25/8/2016; AgInt no AREsp n. 1.380.911/RS, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 27/5/2019, DJe 3/6/2019; AgInt no AREsp n. 1.332.857/RS, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 19/8/2019, DJe 22/8/2019; e AgInt no AREsp n. 1.313.520/SP, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 24/6/2019, DJe 27/6/2019.

Desse modo, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados, nos termos dos acórdãos cujas ementas abaixo transcrevo:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE C/C PERDAS E DANOS, COMINAÇÃO DE MULTA E DESFAZIMENTO DE CONSTRUÇÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO NÃO CONFIGURADO. CITAÇÃO VÁLIDA. SÚMULA 07/STJ. ILEGITIMIDADE PASSIVA. PRELIMINAR REJEITADA. AUTARQUIA ESTADUAL. INTERESSE. REDISTRIBUIÇÃO PARA VARA DE FAZENDA PÚBLICA. COMPETÊNCIA ABSOLUTA EM RAZÃO DA PESSOA. CITAÇÃO PESSOAL POR OFICIAL DE JUSTIÇA. NECESSIDADE. JULGAMENTO: CPC/15.

[...]

3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e suficientemente fundamentado o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há falar em violação dos art. 1.022, I e II, 489, II, e 1.013 do CPC/15.

[...]

11. Recurso Especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido. (REsp n. 1.758.748/AM, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/9/2018, DJe 24/9/2018).

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO INTERNO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489, II, 1.013, § 1º, E 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL AFASTADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF.

1. Não há falar em violação dos arts. 489, II, e § 1º; 1.013, § 1º, e 1.022 do CPC/2015, pois o Tribunal *a quo* dirimiu as questões pertinentes ao litígio, emitindo pronunciamento de forma clara e fundamentada.

2. A tutela jurisdiccional foi efetivamente prestada, apenas em desconformidade com os interesses da parte recorrente, circunstância que não revela nenhuma irregularidade no julgamento *a quo*.

[...]

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 1.251.735/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 7/6/2018, DJe 14/6/2018).

Incide, portanto, a Súmula n. 83 do Superior Tribunal de Justiça.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo e, ainda, deixo de majorar os honorários nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, em razão da ausência de condenação na origem, dado o reconhecimento da sucumbência recíproca.

Intimem-se.

Brasília, DF, 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora